



A CAFEICULTURA FAMILIAR E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO RONDONIENSE

EL CULTIVO FAMILIAR DE CAFÉ Y SU INFLUENCIA EN LA FORMACIÓN DEL TERRITORIO RONDONIENSE

Claudia Cleomar Araujo Ximenes Cerqueira¹

RESUMO

A cafeicultura em Rondônia é registrada desde a década de 1970, ano que iniciou a colonização dirigida pelo Estado através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Compreende-se, desta forma, as transformações espaciais ocorridas nesta parcela do território amazônico. Nesse contexto que este artigo tem por objetivo central apresentar a análise da dinâmica da cafeicultura familiar e sua influência na formação do território rondoniense. Por conseguinte, de forma específica, buscou-se por evidenciar a produção e distribuição geográfica do Café em Rondônia e como esta atividade constitui estratégias de inclusão sócio-territorial de pequenos agricultores em relação ao agronegócio em Rondônia; discutir a produção do café na seara das políticas públicas a partir de atores sociais, econômicos e institucionais a inclusão sócio-territorial do agricultor familiar; e, assinalar os indicativos socioeconômicos sobre o cultivo do Café em cooperativas enquanto estratégia de inclusão sócio-territorial em Rondônia. Para isto, valeu-se, da abordagem qualitativa no resgate dialético da Geografia e História da colonização do Estado de Rondônia, desde 1970; da abordagem quantitativa, na produção cartográfica de dados históricos do uso territorial para a produção do café, localizados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O alcance da pesquisa foi exploratório-descritivo, com base na dialética proposta nas análises geográficas. A análise do conteúdo se revelou pertinente na periodização para entender o processo de uso e ocupação da terra, em que geograficamente, a cultura do café revela momentos de apogeu e crise na sua evolução técnico-científico. A concentração da produção cafeeira culmina com os espaços destinados aos Projetos Integrados de Colonização e aos Projetos de Assentamento Dirigido, o que a cada período de reordenamento administrativo do território fica mais evidente o cultivo do café na agricultura familiar. O processo de territorialização cafeeira em Rondônia mostra indicativos sistêmicos para uma Geografia do Café em território rondoniense propício para o implemento de Arranjos Produtivos Locais que leva a inclusão sócio-territorial do produtor familiar no agronegócio, sem que esse deixe de ter as características próprias da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Arranjos Produtivos; Café; Cooperativas; Sócio-territoriais.

La producción de café en Rondônia se registra desde la década de 1970, año en que comenzó la colonización por parte del Estado a través del Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria. Se comprende, de esta forma, las transformaciones espaciales que se produjeron en esta porción del territorio amazónico. En este contexto, este artículo tiene como objetivo presentar el análisis de la influencia del café familiar en la formación del territorio de Rondônia. Por lo tanto, específicamente, buscamos resaltar la producción y distribución geográfica del Café en Rondônia y cómo esta actividad constituye estrategias para la inclusión socio-territorial de los pequeños agricultores en relación a la agroindustria en Rondônia; discutir la producción de café en el ámbito de las políticas públicas desde

¹ Mestra e Doutoranda do curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). CV: <http://lattes.cnpq.br/8014015246571237>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4125-7991>. E-mail: profa.ximenescerqueira@gmail.com.



los actores sociales, económicos e institucionales la inclusión socio-territorial del agricultor familiar; y, destacar los indicadores socioeconómicos sobre el cultivo de Café en cooperativas. Para esto, se utilizó el enfoque cualitativo-cuantitativo, en la producción cartográfica, se recuperaron datos históricos sobre el uso territorial para la producción de café, en el sitio web del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística. El alcance de la investigación fue exploratorio-descriptiva, basado en la dialéctica. El análisis de contenido resultó ser relevante en la periodización para comprender el proceso de uso y ocupación del suelo. La cultura del café revela momentos de apogeo y crisis en su evolución técnico-científica. La concentración de la producción cafetera culmina en espacios destinados a Proyectos Integrados de Colonización y Proyectos de Asentamiento Dirigido, que en cada período de reordenación administrativa del territorio, se hace más evidente el cultivo del café en la agricultura familiar. El proceso de territorialización cafetalera en Rondonia muestra indicadores sistémicos para una Geografía Cafetera en territorio de Rondonia apta para la implementación de Arreglos Productivos Locales que conduzcan a la inclusión socio-territorial del productor familiar en la agroindustria, sin perder las características de la agricultura familiar.

Palabras-clave: Agricultura Familiar; Arreglos Productivos; Café; Cooperativas; Socio-territoriales.

INTRODUÇÃO

A cafeicultura familiar esta presente no estado de Rondônia desde os idos da década de 1970. A cultura cafeeira acompanhou pari passu o ordenamento administrativo territorial em que se pese o ano que o Estado tomou para si à responsabilidade de povoar a região Amazônica. Para isso contou com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O implemento de Projetos de colonização começa a se fazer presente em territórios que já continha pessoas instaladas, mas invisibilizadas. (SOUZA JUNIOR; XIMENES, 2017).

As terras que o Governo insistia em afirmar que eram vazios demográficos possuíam comunidades de seringueiros (soldados da borracha), indígenas, quilombolas, e ribeirinhos. Também, havia os trabalhadores que migraram junto às forças tarefas como a construção da Linha Telegráfica que ligava Cuiabá a Porto Velho, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e, mesmo as primeiras tentativas da BR-369, a qual era denominada como BR-29, norteadas pelas entradas realizadas nas expedições comandadas por Marechal Rondon.

Rondônia teve as frentes pioneiras mais ativas da Amazônia brasileira e, esse território, nos anos 70 do século XX, foi o portal para que milhares de famílias agricultoras pudessem usufruir de terra própria para sustento. Isso, sem ter que dividir com *senhorios*, e recebiam ajuda do Governo federal. A transformação na geografia humana em Rondônia se inicia na década de 1960 com a abertura da BR-364 (Cuiabá – Porto Velho), finalizada na mesma década, a qual trilhou o mesmo percurso da antiga linha telegráfica de Rondon.



Esta rodovia desponta como o principal eixo rodoviário da Amazônia Ocidental, no qual, a partir dela, surge uma complexa rede de ramais secundários que se liga a novas áreas para colonização. No período Wesche (1978) pontuou que o seu papel era de interligar o então Território de Rondônia, ao restante do país, abre, dessa forma, um canal para o povoamento por imigrantes vindos de outras regiões brasileiras. Autores mais recentes, como Pereira, Cury e Locatelli (2017), fazem este resgate e acrescentam que ela cumpriu a função inicial.

As estradas foram facilitadoras no processo de colonização do estado que ficou a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Por conta desta migração, em Rondônia, na década de 1970, houve a entrada de 33% de todos os imigrantes interestaduais, ou seja, 57,4% da população residente eram formados por migrantes, maior índice para os estados da região Norte no período e, com a entrada do POLONOROESTE na década de 1980, chegou a 35,5%. (XIMENES *et al.* 2016).

Ao longo de 50 anos ocorreram mudanças significativas no ordenamento territorial de Rondônia. A dinâmica fundamental para a formação do território incidiu, principalmente, até o ano de 1995, quando teve a última divisão geográfica administrativo do território com o adensamento interiorano. No entanto, entende-se, que teve outras formas de ordenamento territorial, com a dinâmica do agronegócio. Dentre as peculiaridades mercantis compreende-se a participação da cafeicultura familiar, a qual norteia todo discurso, aqui realizado.

METODOLOGIA

A produção cartográfica foi a partir de documentos de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); e, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Buscou-se por relatórios técnicos destas instituições para compreender a dinâmica territorial e econômica ao longo de 50 anos de geo-história do Estado de Rondônia.

Para a base teórica (conceitos, definições, história, geografia, economia, entre outros), a opção foi buscar por obras escritas a partir da década de 1970, para retratar a dinâmica do café nas políticas públicas vigentes. Todos estes materiais auxiliaram no conhecer e compreender como era descrito e concebido por quem vivenciou cada período o que contribui



com a análise do presente. A construção das relações sócio-territorial e econômico foi considerada, devido à formação do que é no momento presente o estado de Rondônia.

A sucessão dos meios geográficos permite uma periodização da formação do território, tomada num sentido mais amplo, como as propostas por Santos e Silveira (2001), tal quais suas situações geográficas particulares, como a modernização e a especialização regional da cafeicultura. A cada período, a indissociabilidade das variáveis de ordem técnica e política transformam o território como um todo, assim como a cafeicultura, e outras atividades produtivas, de forma particular.

Quanto à aplicabilidade do método e dos procedimentos técnicos foi organizado a partir da base de análise de Dolfuss (1973) e de Santos (2014b) e o método geográfico como orientado por George (1972). O recorte territorial analítico trata do estado de Rondônia. Os geógrafos que abordam a temática, e os que discutem os conceitos da categoria em tela, foram respaldados pelo uso dos métodos dialético com abordagem qualitativa e quantitativa, ou seja, mista.

O olhar geográfico, ciência prioritária nesse estudo, eleva o entendimento territorial ao patamar de complemento à sugestão de que Arranjos Produtivos Locais são possíveis de serem aplicados e melhorar as condições socioeconômicas dos produtores familiares. O entendimento é que o agronegócio no estado de Rondônia possui características que essa modalidade de produção agrícola possui força produtiva para a sua inclusão no mercado de forma competitiva.

A dialética é essencial nessa análise, dada às circunstâncias do ordenamento sócio-territorial no que compele as questões socioeconômicas e ambientais. As contradições são visíveis na literatura científica e técnica utilizada como apoio teórico para a pesquisa em questão. A partir disto que se utiliza Hegel (SPOSITO, 2004) quanto à noção de movimento, da análise do processo conflituoso das contradições que o Estado se encontra como parte primordial na formação do território.

Por conta do poder de decisão, de regulação das ações sociais e os conflitos entre as propagandas estatais e a realidade da agricultura familiar, sobreposto à cafeicultura, que organismos governamentais são importantes neste processo. Um fator negativo, no entanto, são as entrelinhas, que consta em época pretérita em que a História e Geografia tendiam a atender os interesses estatais. Todavia, encontra-se disponível, obras, que contribuem para que seja sustentado o discurso aqui proposto.



As razões políticas que levaram as estratégias de colonização da Amazônia são semelhantes à busca contemporânea por manter o agricultor em suas terras. Pois, o êxodo rural de outrora levou a expansão do território rondoniense conforme o interesse nacional e regional, o que em pouco tempo juntou ao local e global. Nessa conjuntura política que as sucessões são vistas em conjunto a dialética que envolve as teorias estatais, que percebidas como engodo em vários momentos da História.

Compreende-se, portanto, a relevância desse estudo para a sociedade e contribuição para a Geografia Econômica, em que pese o discurso de teóricos renomados do século XX e início do XXI. No entanto, sem deixar de valorizar as pesquisas, pelos quais se buscou para confiar à dinâmica atual da cafeicultura no estado de Rondônia. No que se refere as instituições, os dados são disponíveis ao público de forma gratuita e, com recursos técnicos informacionais com dados contemporâneos e resgate histórico.

O TERRITÓRIO: BASE TEÓRICA DA PROPOSTA DE ESTUDO

O estudo aqui proposto esta voltado ao território e, por conseguinte, aos termos adjuntos a ele. A predileção em usar o conceito dessa categoria se dá ao espaço construído e materializado, a partir de atores sociais, econômicos e institucionais inseridos em determinado espaço (SANTOS, 2014a). As relações de poder nos territórios são decorrentes da motivação destas relações por questões diversas como políticas, sociais e econômicas oriundas do Estado, instituições não governamentais, grupos sociais ou corporativos, ou mesmo individuais (RAFFESTIN, 1993; DALLABRIDA, 2007).

Neste sentido, a contribuição de Claude Raffestin (1993, p. 7) é de que o território é “[...] o produto dos atores sociais” em que ocorrem as relações de poder na sua totalidade e sua materialidade são representadas em “malhas, redes e centralidade”. Por conseguinte, considera que o território, além dos atores sociais que participam sua construção histórica é um produto de consumo por pessoas os quais mesmo sem participarem da sua construção, utilizam como meio. Um dos exemplos que se tem são os usos por agentes econômicos que utilizam a terra para garantir a aquisição do café goumert.

Na mesma obra Raffestin (1993, p. 143) complementa que “[...] O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator signatário (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente



(por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço”. O espaço geográfico, portanto, é construído por pessoas ao interagirem com a Natureza. Seja ela, pelo uso da terra para agricultura como o café e a soja, na pecuária com gado, ou mesmo destinada à extração de material natural para fins diversos. Por exemplo, o nióbio usado em dispositivos médicos como o marcapasso e artigos de luxo como a fabricação de joias, e o calcário utilizado, entre outros para corrigir a própria terra.

Outro geógrafo que auxilia nesta caminhada conceitual é Corrêa (2006, p. 251), para o qual, “[...] Território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas”, portanto, é um espaço correlacional entre ação e poder no planejamento e gestão dos modos de produção do café. A dinâmica do café acontece em um espaço delimitado carregado de significados e que o senso de sobrevivência dos produtores flui das providências e às ações regulamentadoras do Estado, conforme necessidade de organização sócio-territorial.

De encontro com a premissa de que é através das relações sócio-territoriais que se dá o ordenamento da vida socioeconômica e política, Dallabrida (2007) defende a necessidade de compreender este poder de forma multidimensional. Pois, o Estado não é ator isolado nos processos sobre o território, há também o da sociedade civil, assim como a do mercado, embora não se negue a importância governamental neste processo. O desenvolvimento socioeconômico depende de apoio técnico e de políticas públicas para ter a efetiva inclusão da agricultura familiar em questões sociais e territoriais.

A apropriação do espaço para o cultivo cafeeiro é o que Santos (2014a) entende como o território usado em que se materializa o uso e sobreposição do poder sobre a terra e as relações de trabalho e comerciais da cafeicultura. O processo de cultivo do café e seus resultados são utilizados pelo Estado brasileiro para planejamentos e gestão do território e das relações de trabalho desde sua origem.

Isso arremete a Santos (2014b, p. 19) o qual aborda a influência da mundialização na produção a partir das técnicas dominantes e traz, no ano de 1988, que aquilo que não “[...] é mundializado é condição de mundialização”. No mesmo período, o autor chama a reflexão para a mundialização das classes sociais que se tornam mercadorias, produtos de um capitalismo que viria a se tornar uma das principais causas de desigualdade econômica entre pessoas.

Esta reflexão é necessária dado ao sentido social da inclusão do agricultor familiar no mercado que é dominado por grupos hegemônicos, compreendidos no agronegócio. Os



múltiplos atores inseridos na materialização do território são compreendidos, também, pelo o que Santos e Silveira (2001, p. 19) entendem por “[...] extensão do espaço apropriada e usada”. A partir do exposto, compreendem-se os sistemas de ordenamento do território usado para o implemento da cafeicultura é o ponto de partida para a análise da inclusão sócio-territorial de pequenos agricultores, com vista à totalidade do agronegócio, em especial no estado de Rondônia.

Santos (2014a; 2014b) trás o território pelo anglo social, aquele em que o chão, ou seja, a terra é a identidade de sua população, onde as coisas acontecem e que deve ser compreendido pelas formas de relações de trabalho (econômicas, cooperativistas, associativistas). Onde ocorrem as trocas materiais e espirituais da vida em ação, das quais influi nas necessidades primárias (biológicas; segurança; moradia, vestimenta e alimentação) e as secundárias (auto-realização e estima), portanto, é onde ocorrem as relações sócio-territoriais.

A FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO RONDONIENSE

O território que constitui o Estado de Rondônia é formado por terras que pertenciam ao Amazonas e ao Mato Grosso, o qual fica denominado, em 1943, como Território do Guaporé. Modificada em 17 de fevereiro de 1956 em consideração aos feitos de Marechal Rondon, passa a ser Território de Rondônia. Passa Em 22 de dezembro de 1981, por meio da Lei Complementar nº 41, sancionada pelo Governo Militar na pessoa de João Figueiredo, esse território ganha o status de Estado.

Com a industrialização no Brasil, é deflagrado o fenômeno de migração conhecido como êxodo rural. Sem que as cidades estivessem preparadas para absorver todo esse contingente, houve descontrole no ordenamento urbano com impacto nos serviços públicos. Dessa forma, aumenta as regiões periféricas e o número de pessoas em condições subumanas. A situação urbana complica. Os municípios não possuíam planos de contingência para atender essa demanda buscam por ajuda do Estado.

A agricultura negligenciada em detrimento do incentivo financeiro do Governo a industrialização, precisava de políticas para sanar os problemas devido ao êxodo rural urgentes, pari passu a defesa das fronteiras na Amazônia. Com o problema causado pela política governamental de desenvolvimento nacional, o Governo Federal por migração



reversa, as famílias deveriam retornar a sua origem. Começa, dessa forma, a campanha estatal que mostrava Rondônia como a um Eldorado.

As ações estatais a partir dos anos de 1970 foram de ampliação de créditos agrícolas, com isso acontece à melhoria das técnicas de produção pari passu a mecanização na agricultura (PEREIRA, 1982). Com o propósito de incentivar a migração para Rondônia, o Estado oferecia-se a subsidiar o traslado e a manutenção da terra (COY, 1988). Mas, para isso, era preciso que as pessoas comprovassem ter condições de mão de obra para manutenção da terra, para a derrubada da mata e cultivo da terra.

Estes incentivos levaram ao desmatamento descontrolado, pois, não houve fiscalização dos órgãos competentes. O desequilíbrio da economia na região norte, as dificuldades encontradas na sua integração com o restante do país levou ao Governo intensificar os investimentos na Amazônia a exemplo do ocorrido em 1946, período esse, que foi destinado uma “[...] parcela de 3% das rendas federais a um programa de valorização econômica da Amazônia” (RIBEIRO, 1995, p. 333).

A década de 1970 se inicia com propostas acentuadas de planos de desenvolvimento em todo o Brasil, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Os conflitos provocados na execução dos planos governamentais deram margens a sangrentos embates entre sociedade civil e Estado. A não anuência das ações de expropriação e da forma que eram realizados os assentamentos teve, também, calorosas discussões nos meios acadêmicos, como os apresentados por Rodrigues (2002) e Mindlin (1988).

A proposta do Governo para a colonização pública de Rondônia era de que o Estado cederia porções de terra para trabalhadores rurais oriundos de outras regiões brasileiras. A princípio, a divisão política territorial possui duas cidades, Porto Velho (Ato de criação nº 757, de 2/out./1914) e Guajará Mirim (Lei nº 0991. de 12/jun./1928), e em cada uma delas havia vilas e povoados. Na década de 1970 foram implantados cinco Projetos Integrados de Colonização (PICs) eram distribuídos parcela de terra para cada família com lotes de 100ha.

Na década de sua implantação os PICs tiveram boa repercussão. Destinados a população de baixa renda, serviu, como exposto por Ferreira (2012, p. 80) “[...] para atrair cada vez mais famílias para Rondônia”. Por conta da procura excedente de terras o Governo precisou abrir novos projetos. Bensztok *et al.* (2012) especificam que na década de 1970 o Governo desenvolveu 05 (cinco) PICs, concentrados na região central do Estado de Rondônia, como é apresentado na tabela 1.



Tabela 1: PICs caracterizados por área, número de famílias e área de influência

Projetos	Ano de Criação	Área (ha)	Número de famílias	Área de Influência
PIC Ouro Preto	1970	512.585	5.000	- Ouro Preto D'Oeste - Ji-Paraná
PIC Gy-Paraná	1971	486.137	5.000	- Cacoal; - Presidente Médici - Rolim de Moura - Pimenta Bueno - Espigão D'Oeste
PIC Adolfo Rohl	1973	407.210	3.500	- Jarú
PIC Paulo de Assis Ribeiro	1973	293.580	3.500	- Colorado D'Oeste
PIC Sidney Girão	1974	60.000	600	- Guajará-Mirim

Fonte: Elaborado a partir de Bentszok *et al.* (2012) e Ximenes *et al.* (2017)

O INCRA teve outras formas de ocupação, como os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD). O objetivo foi de fixar os expropriados com vista a minimizar os conflitos por terra na região. Embora, as intenções do Estado fossem de devolver os pioneiros ao campo, estes tinham a tarefa de tornar a terra produtiva, nem que para isto, devessem derrubar a mata em detrimento de perder o direito sobre a mesma por não produzirem e, conseqüentemente, não ajudarem no desenvolvimento regional (XIMENES *et al.*, 2017).

Já no final da década de 1970, o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento energético se tornaram prioridade nacional (COY, 1988; PEREIRA, 1982). Desta forma, a agricultura deixa a sua situação periférica e passa a ser interesse do Estado. Isso, pois, considerado outros fatores como a questão do desenvolvimento da cultura do café.

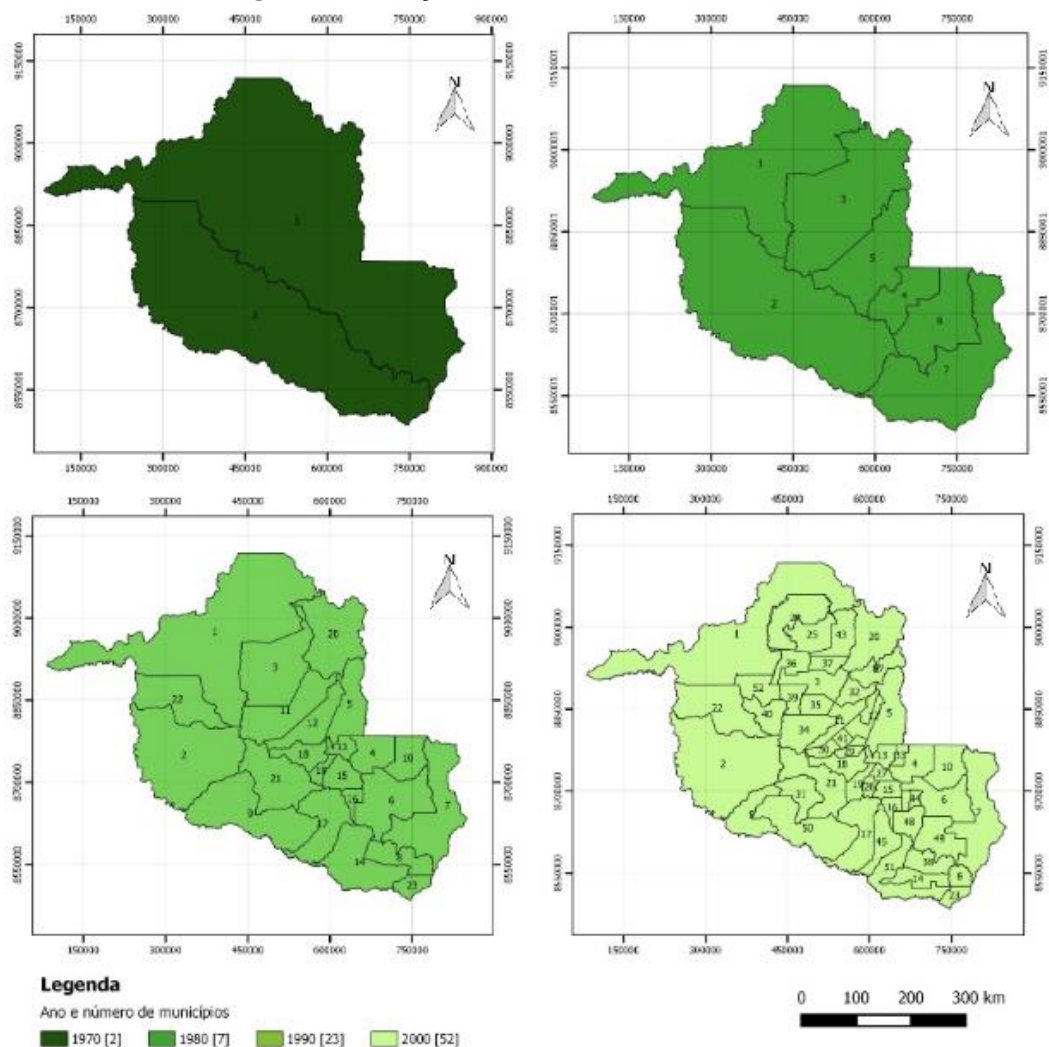
Para que as famílias pudessem produzir, era necessário a derrubada e queima da floresta nativa. Oriundas do marketing realizado pelo Governo a teve “[...] intuito de “recrutar” famílias para assumir a responsabilidade de fazer com que a região norte de fato se firma como sendo brasileiras” (XIMENES *et al.*, 2017, p. 78). Surgem os assentamentos e, o aumento populacional, o qual promove o uso significativo da terra.

A paisagem amazônica foi transformada com as migrações que levou ao surgimento de novas cidades. Em 1960 o norte brasileiro possuía 120 municípios, e no ano de 2010 contava com 449 (XIMENES *et al.* 2017). Esses dados não são considerados os municípios do estado do Mato Grosso e parte do Maranhão que fazem parte da Amazônia Legal. Rondônia entre 1970 e 2010 teve considerável aumento do início do POLONOROESTE na década de 1980 para o início do PLANAFLORO e, deste último plano para o senso de 2000.



A evolução da divisão territorial de Rondônia de 1970 a 2010 em períodos estratégicos foi dois municípios em 1970; em 1980 haviam sete; no ano de 1991 já eram 23 e 2000 contavam com 52 municípios, configuração que permanece até a atualidade. Veja como se encontrava a divisão administrativo do Território de Rondônia no mapa da evolução da criação das cidades na figura 1.

Figura 1 – Evolução Territorial do Estado de Rondônia



Legenda

Ano e número de municípios

1970 [2] 1980 [7] 1990 [23] 2000 [52]

Municípios do Estado de Rondônia*

1 Porto Velho	11 Jaru	21 São Miguel do Guaporé	31 Seriqueiras	41 Nova União	51 Fimentearas do Oeste
2 Guajará-Mirim	12 Ouro Preto do Oeste	22 Nova Mamore	32 Theobroma	42 São Felipe D'Oeste	52 Burtis
3 Aragues	13 Presidente Médici	23 Cabixi	33 Ministro Andreazza	43 Cujubim	
4 Cacçal	14 Cordeiras	24 Candeias do Jamari	34 Governador Jango Teixeira	44 Primavera de Rondônia	
5 Ji-Paraná	15 Rolim de Moura	25 Itapua do Oeste	35 Cacerandia	45 Alto Alegre dos Parecis	
6 Pimenta Bueno	16 Santa Luzia D'Oeste	26 Novo Horizonte do Oeste	36 Alto Paraíso	46 Tezidropolis	
7 Vilhena	17 Alta Floresta D'Oeste	27 Castanheiras	37 Rio Crespo	47 Vale do Anari	
8 Colorado do Oeste	18 Alvorada D'Oeste	28 Vale do Paraíso	38 Cumbulândia	48 Parecis	
9 Costa Marques	19 Nova Brasilândia D'Oeste	29 Unipua	39 Monte Negro	49 Chupinguiã	
10 Espigão D'Oeste	20 Medianeira D'Oeste	30 Mirante da Serra	40 Campo Novo de Rondônia	50 São Francisco do Guaporé	

Projeção Geográfica - Datum SIRGAS 2000/UTM zona 20S

Fonte primária: Divisão territorial de Rondônia entre 1970 a 2000 - IBGE, 2021

Desenhista: Carolina Sthler Paixão

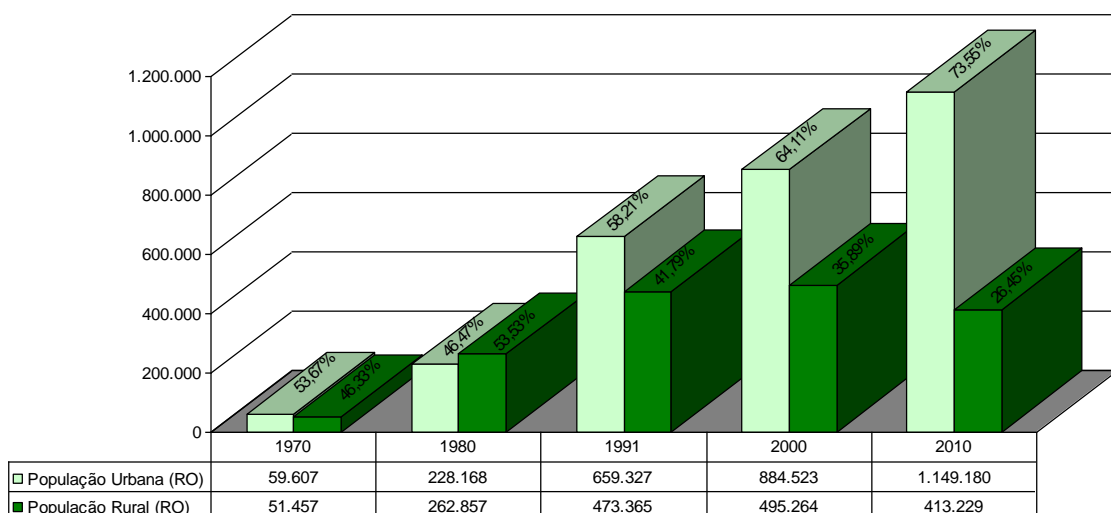
Fonte: Elaborado a partir dos dados do IBGE, 2021



Em análise da figura 1 se percebe aumento gradativo dos municípios e, o espaço temporal é de 10 (dez) anos entre um senso e outro. O percentual de aumento nas duas primeiras décadas é mais de 02 (duas) vezes o quantitativo da anterior. Apesar da década de 1990 ter tido um aumento significativo, pondera-se que o dobro de 23 é superior ao dobro dos 7 (sete), se deve levar em consideração que neste período houve desmembramento de vários municípios dentro do Estado.

A BR-364 em condição de tráfego, acelerou o crescimento demográfico em Rondônia com crescimento de 315,744% de 1950 (36.935 habitantes) a 1970 (116.620 habitantes). O aumento populacional também teve mudanças significativas de uma década para a outra. Chama atenção ao fato de que a maior parte dos núcleos que originaram as cidades pertenceram aos 5 (cinco) PICs. Segundo Ximenes *et al.* (2017, p. 79), “[...] estima-se que para o ano de 2014 a população total é de 37.230 mil pessoas”. A evolução populacional em Rondônia, como representado na figura 2 advém mais da migração promovida pelos planos de desenvolvimento regionais do Governo Federal do que de natalidade.

Figura 4: Evolução populacional no Estado de Rondônia de 1970 a 2010



Fonte: Elaborado a partir de Ximenes *et al.* (2017)

O movimento de colonização privada, como destaca Santo (2001, p. 27) foi orientada “[...] partindo do oeste do Rio Grande do Sul e do Paraná na direção setentrional, orientando-se ao Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia”. Este deslocamento foi motivado pela possibilidade de adquirir recorte de terras maiores do que já possuíam, ou por indivíduos sem



terra que tinham a esperança de conseguirem assentamento. O autor destaca que este processo não foi tão agressivo como os demais, não obstante, provocou considerável aumento demográfico na região.

A chegada de migrantes no Estado de Rondônia, elevou o número de conflitos por terra. O INCRA não dava conta de assentar o grande contingente de pessoas à caça de terras produtivas. Na busca de resolver as contendas, o Governo Militar assenta as famílias nos Projetos de Assentamento Rápido (PAR), o que ocorreu na década de 1980, em ocasião do POLONOROESTE. Foi o período em que mais ocorreu a expropriação de índigenas e seringueiros, doravante, os que não conseguiam eram esquecidos pelo Estado.

Rondônia foi o laboratório experimental da colonização dessa região, como aponta Benzstok *et al.* (2012), no centro de Rondônia, foi assentado milhares de famílias, as quais, recebiam, no começo, ajuda financeira de incentivo ao desenvolvimento (in)sustentável. Com incentivo ao desenvolvimento econômico, as famílias derrubavam e queimavam grandes áreas, transformam a paisagem e constroem novos espaços entre desmatamento e queimada. “Os colonizadores traziam nas suas bagagens a cultura do sul/sudeste, entre outras regiões do Brasil” (XIMENES *et al.* 2017, p. 80) e entre ela a cafeicultura.

Neste contexto, pressupõe ser assertivo trazer a colaboração Milton Santos (2012, p. 55), pois, “[...] o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade”, não o contrário. O desenvolvimento do Estado de Rondônia teve seus espaços reordenados de acordo com a leva de migrantes e com as novas estruturas econômicas pautadas no desenvolvimento capitalista, o que contrapôs ao que era preconizado pelo Estado.

Por meio da Portaria nº 20, de 08 de abril de 2008, é aprovado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, o regimento interno do INCRA, o qual tem por finalidade quatro eixos norteadores como pontuado por Ximenes *et al.* (2017):

- a) O primeiro trata de promover e executar a reforma agrária com o objetivo de melhor distribuição da terra.
- b) A segunda parte para questões administrativas e operacionais no que se refere a promover, coordenar, controlar e executar a colonização.
- c) A terceira versa sobre as terras devolutas Federais e sua destinação, de forma a torná-la produtiva.
- d) A quarta busca por gerenciar a estrutura fundiária brasileira.



Não só no período de colonização da região Amazônica que os conflitos surgiam, ainda, em pleno século XXI, os conflitos de terras existem e, continuam a fazer vítimas. Em julho de 1995, em Rondônia teve o caso de Corumbiaria, conhecida pela forma sangrenta que foi resolvido os conflitos de posse da terra (MESQUITA, 2003). Com o intuito de coibir estes conflitos, o INCRA teve e tem papel preponderante no desenvolvimento agrário do país. Dele provem toda regulamentação da distribuição de terras e cabe a reforma agrária, tão debatida e discutida, porém, sem grandes avanços no campo das políticas públicas.

Não obstante, sem a intencionalidade de esgotar o tema, ao mesmo tempo sem deixar passar a oportunidade de compreender as transformações ocorridas na região, utiliza-se de base a política estatal. Dois planos nacionais fundamentais na análise da configuração territorial do Estado de Rondônia e a constituição do INCRA são considerados como fortes indicadores do incentivo a agricultura familiar:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA — ainda em funcionamento, desde o ano de 1970. Vale destacar que no ano de 2021 está presente em todos os entes federativos do Brasil e subsidiam as atividades agrárias.
- b) Programa de desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil – POLONOROESTE — implantado nos idos da década de 1980, envolve Mato Grosso e Rondônia, finda na mesma década com saldo, considerados por intelectuais como negativo;
- c) Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO — surge na década de 1990 para controlar a ocupação territorial de Rondônia e, reverter o insucesso do plano anterior (POLONOROESTE). Teve suas atividades exauridas no ano de 2002.

O modelo brasileiro de políticas públicas, amiúde, apresenta insuficiência nos planos que apropria a sua execução, recorda-se que no começo parecia ser promissor. Longe de querer desencadear polêmicas, no entanto, se faz necessário elencar o decurso do tempo das políticas desenvolvimentistas do Governo Federal Brasileiro na formação do Estado de Rondônia. É neste contexto que se busca compreender a dicotomia entre o espaço transformado/construído com o espaço natural e o elo com o desenvolvimento econômico da nação.



A CAFEICULTURA E O ORDENAMENTO TERRITORIAL DE RONDÔNIA

No estado de Rondônia, assim como ocorreu a nível nacional a partir do século XIX, a cafeicultura, tem histórico de crises e apogeu desde a implantação dos primeiros Projetos Integrados de Colonização (PICs), numa extensão de até 100 km de cada lado da BR-364, ocorridos a partir de 1970. O fenômeno migratório levou ao deslocamento de milhares de famílias, seduzidas pelas promessas de terras férteis e em abundância, além dos incentivos financeiros estatais (BECKER, 1978), compreendidos como “Fronteira de Recursos” de Becker (1982).

Com experiência nas lavouras cafeeiras, esta cultura foi introduzida nas novas áreas agrícolas. Terras essas doadas pelo Governo através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio dos PICs, implementados a partir de 1970 (COY, 1988). Os primeiros cafezais iniciaram nos quintais das propriedades rurais. Com a condição de se conseguir terras era de que fossem famílias constituídas, com condições de derrubar a floresta e com habilidades para o cultivo.

A agricultura familiar, portanto, foi incentivada em Rondônia desde a sua colonização. Cultivado pelas famílias, a produção cafeeira forja fronteiras com a expansão dos assentamentos promovidos pelo Incra, durante os anos de 1970, 1980 e 1990, foram os migrantes que deram formas ao território político, foi em ocasião de reformas e adequações no ordenamento territorial que surge a maior parte das cidades.

Importante ressaltar que a territorialização promovida pelos militares trata do clássico posicionamento de Lefebvre da produção do espaço, o qual explica que após a construção do território o Estado produz o espaço político para domínio social, com suas normas e hierarquia. No tocante ao capitalismo, Harvey (2005) esclarece que as mudanças de paradigmas são necessárias sob pena de falência do Estado e, a adoção de medidas impositivas é necessária para normatização da conduta humana em detrimento do mercado.

Milton Santos, na obra “A Natureza do Espaço” (SANTOS, 2002), afirma que a geografia deve estudar o par dialético e indissociável do conjunto de sistemas de objetos e de sistemas de ações que formam o espaço. Para ele, “[...] em cada período histórico observa-se um novo arranjo de objetos situados num determinado sistema de técnicas, possibilita também o surgimento de novas formas de ações” (SANTOS, 2002, p. 96).

Na busca por se firmar no mercado cafeeiro, os produtores familiares passaram por conflitos em que a valorização do seu trabalho era relegada a condições periféricas, mesmo

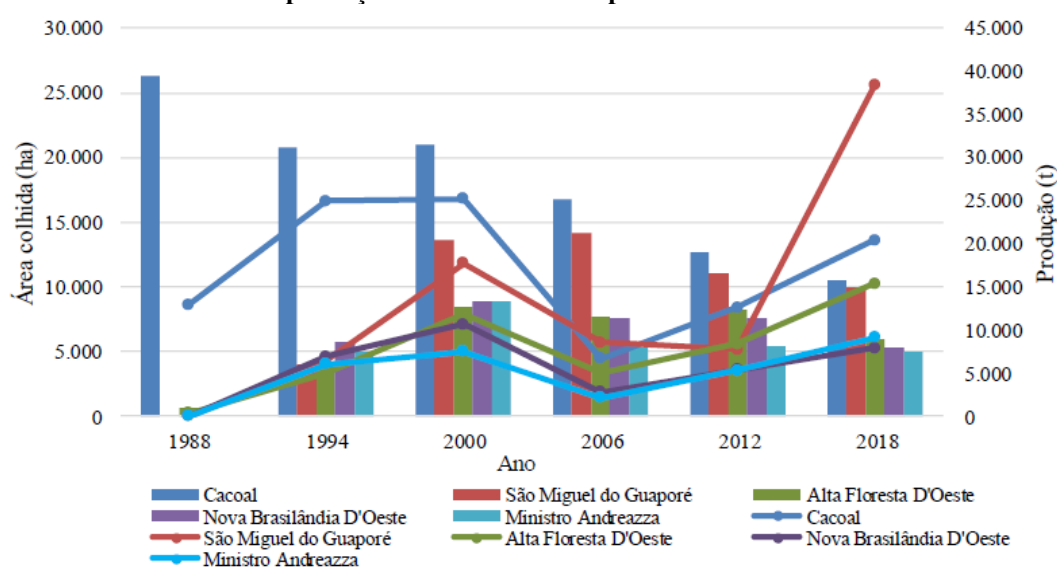


com as políticas públicas de incentivo a agricultura familiar. Com a distribuição de forma gratuita de mudas de café clonal Robusta, pelo Governo do Estado, através do Fundo de Investimento e Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia (FIDER), à cafeicultura familiar se torna uma das principais culturas permanentes. A exportação no século XXI chega com o propósito de inclusão sócio-territorial, materializada pela produção de cafés finos, com regionalização do pólo cafeeiro no estado.

O estudo dialético sobre a colonização promovida pelo Incra, nos idos da década de 1970, identifica que os colonos (assentados) levam para as novas terras a cultura cafeeira (COY, 1988). Apontada pelo IBGE a partir de 1988, o uso da terra é planejado, entre outras produções, a colheita/produção do café. Notório o declínio da produtividade, de 2000 a 2010. A partir do ano de 2010 o processo de renovação das lavouras foi intensificado, dada à modernização, técnica de produção, com isso o uso do território é menor, porém com maximização produtiva.

O município de Cacoal, área com maior influência do PIC Gy-Paraná (Projeto Integrado de Colonização Ji-Paraná), é desde a década de 1980 o que apresenta maior concentração de hectares de área colhida, com queda brusca em produção em 2006 e, 2012 passa a ser a segunda e, São Miguel do Guaporé passa a ocupar o topo da produção em 2018, mesmo que em área colhida esteja em segundo, como mostra a Figura 1.

Figura 5 – Área colhida e da produção dos cinco maiores produtores de café de Rondônia 1988 a 2018



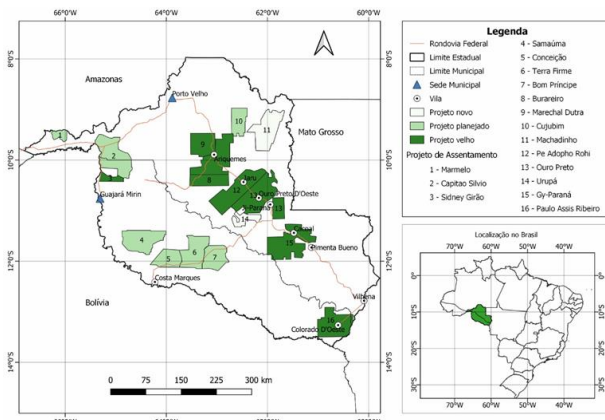
Fonte: A partir de dados do IBGE, 2021



A dinâmica da cafeicultura acompanha a expansão da colonização o que contribui com a formação territorial, acompanhado de outras culturas. Lícito destacar que por ser uma cultura em constante evolução técnica e com periodicidade de crises e apogeu, a maior parte dos cafezais são da agricultura familiar. A sua importância no ordenamento territorial, no entanto, é notória. Em 2020, por exemplo, é registrado recorde na exportação de grãos para a Europa, materializada através de cooperativas e associações cafeeiras no interior de Rondônia. Em 2021, 15 municípios recebem uma nova posição no rol produtivo do café.

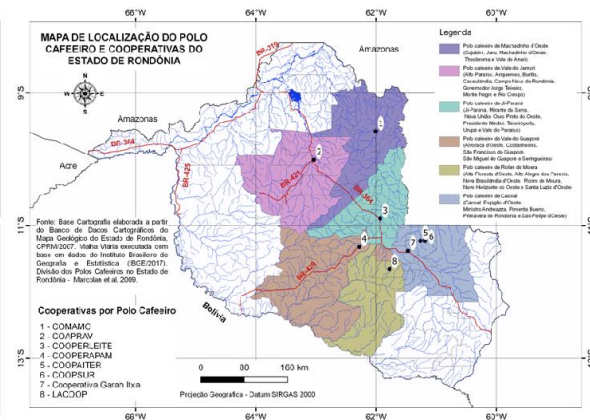
Uma dos indicadores de que a cafeicultura familiar foi fundamental no ordenamento territorial de Rondônia pode ser observada nas figuras 6 e 7, as quais estão lado a lado para melhor visualização de que os pólos cafeeiros estão concentrados nos assentamentos que mais tiveram famílias assentadas e, inclusive compreende o município de Cacoal, no qual há três cooperativas de cafeicultores familiares, em terras indígenas Paiter Surui, ministrado pelos próprios, com destaque ao café fino.

Figura 6 – Localização dos assentamentos



Fonte: Ximenes (2021)

Figura 7 – Localização dos pólos cafeeiros



Fonte: Marcolan *et al.* (2009); Sistema OCB/RO (2020)

A proposta de elencar as formas de organização da produção do café de agricultores de pequenas propriedades a partir das cooperativas, contribui para que seja mais bem evidenciado a concentração da cafeicultura nas regiões que compreende grande número de assentamentos, com elevada área que atende a agricultura familiar. A modernização técnica dos implementos agrícolas, e o acesso a informações levou o agricultor familiar ao aperfeiçoamento, forte característica de Arranjos Produtivos Locais.

A partir de 2010, o Governo estadual passou a entregar muda de café para o agricultor, o que os levou a se juntarem em cooperativas em busca de melhoria e inovação técnica.



Assim como passaram coordenar questões de logística nacional e internacional. Além dos polos apresentados por Marcolan *et al* (2009), pode ser observado que outras divisões a complementam. Por exemplo, na região central do estado há duas frentes de expansão, a qual pode ser representada em dois circuitos produtivos.

São 103 cafeicultores no estado de Rondônia que são classificados por produzirem café de qualidade. A Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri) destaca que entre esses teve os que conseguiram alcançarem de 80 a mais pontos no Concurso de Qualidade e Sustentabilidade do Café de Rondônia (Concafé) na edição de 2021, teve sede no município de Cacoal (RO) no dia 22 de outubro. Dos 52 municípios rondonienses, 30 participaram, com o total de 237 produtores de café Robusta. Dos que atingiram nota igual ou superior a 80, localizados na região geográfica das “Matas de Rondônia”, foram 14, ou seja, apenas um ficou abaixo dessa classificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do café e as políticas públicas para a agricultura familiar são regadas por incentivos financeiros, como a venda de seus produtos para escolas, albergues, entre outros. Essa é uma forma de inclusão sócio-territorial do agricultor familiar, no entanto, indicadores sociais e econômicos apontam que os arranjos produtivos locais, com finalidade de antecipar e comercializar a produção do café é crucial para que haja, de fato, inclusão sócio-territorial.

Os atores sociais são os cafeicultores familiares ao mesmo tempo em que são econômicos. Entre os institucionais estão Embrapa, Emater, o Governo do Estado, entre outros, que não se pode deixar de mencionar, como o mercado local e internacional. A participação ativa do agricultor familiar é uma forma de inclusão sócio-territorial desse produtor no circuito produtivo do café. Com a diminuição de atravessadores o preço pago pelo café é maior.

Os indicativos socioeconômicos do processo produtivo do Café em cooperativas enquanto estratégia de inclusão sócio-territorial em Rondônia, esta na sua forma de fazer acontecer essa produção. Fica evidente que os Arranjos Produtivos Locais, com suas características podem ser considerados sim, como a uma experiência exitosa sem levar esse produtor a descaracterizar a sua forma de ser da agricultura familiar. Esse discurso, esta em construção favorece o entendimento que há uma espécie de agronegócio familiar e que isso pode e deve ser explorado pelas cooperativas.



REFERÊNCIAS

BENSZTOK, J.; ERTHAL, R.; TUBALDINI, M. A.; DEUS, J. A. S.; MACEDO, G. R. Projetos Integrados de Colonização (PICs): Paradigma da Contra-Reforma Agrária Promovida pelo Regime Militar nos Anos 70 na Amazônia. **Anais... IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, 2009, Niterói. 2009. Disponível em: www.uff.br/vsinga/.../Projetos%20Integrados%20de%20Colonização.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

BECKER, B. K. (1930-2013). **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro Editor: Zahar, 1982. 233p.

_____. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Rev. Bras. Geog.** Rio de Janeiro. Ano 40 n.0 1. p. 1-168. jan.;mar. 1978. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1978_v40_n1.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

CORRÊA, R. L. [1994]. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 251-256.

COY, M. Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteira”. O caso de Rondônia. In: AUBERTIN, C. (org.) **Fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 1988. 250p. p. 167-194.

DALLABRIDA, V. R. A gestão social dos territórios no processo de desenvolvimento territorial: uma aproximação conceitual. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13130>. Acesso em: 28 out. 2020.

DOLFUSS, O. (1931-2005). [1972]. **O espaço geográfico**. 3. ed. Trad. DUARTE, H. L. São Paulo: Difel, 1978. 121p. (Coleção “Saber Atual”).

_____. **A análise geográfica**. Trad. Heloysa de Lima Duarte. São Paulo: Difel, 1973. 130p. (Coleção “Saber Atual”).

FERREIRA, M. M.. Rondônia: principais fases de desenvolvimento. In: ALMEIDA SILVA, A.; NASCIMENTO SILVA, M. G. S.; COSTA SILVA, R. G. **Colonização, território e meio ambiente em Rondônia: reflexões geográficas**. Curitiba, SK Editora, 2012. 426p. p. 31-57.

GEORGE, P. (1909-2006). [1961]. **Geografia econômica**. 4. ed. Tradução: MAGNANINI, R.. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967. 334p.



IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Tabelas Estatística – SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 2 jan. 2021.

PEREIRA, W. A.; CURY, M. J. F.; LOCATELLI, M. Rondônia: as complexidades territoriais, espaciais e políticas de um estado amazônico. In: CURY, M. J. F. (org.). **Territórios e territorialidades na Amazônia**. Curitiba: CRV, 2017. 210p. p. 67-82.

MARCOLAN, A. L.; RAMALHO, A. R.; MENDES, A. M.; TEIXEIRA, C. A. D.; FERNANDES, C. F.; COSTA, J. N. M.; VIEIRA JUNIOR, J. R.; OLIVEIRA, S. J. M.; FERNANDES, S. R.; VENEZIANO, W. **Boletim agropecuário de Rondônia**. Brasília: Embrapa, 2018. 31p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/200079/1/Boletim-Agropecuario-FEV-2018.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MINDLIN, B. **Índios e grandes projetos econômicos, um exemplo**: o programa POLONOROESTE (Mato Grosso e Rondônia, 1982-87). mimeo. 37fls. [1988]. I. A. M. ã – Instituto de Antropologia e Meio Ambiente. Disponível em: <http://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/CTI02031.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PEREIRA, L. C. Bresser. **Economia Brasileira**: uma introdução crítica. São Paulo: Brasiliense, 1982. 169p.

RAFFESTIN, C. (1936-). **Por uma geografia do poder**. Trad. FRANÇA, M. C.. São Paulo: Ática, 1993. 269p. (Série Temas volume 29 Geografia e política).

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 470p.

RODRIGUES, M. G. M. Redes transnacionais de advocacia pública: estratégias e impactos - O projeto Planaflo e o painel de inspeção do banco mundial. **Contexto internacional** [online]. [2002], vol.24, n.1, pp. 73-128. ISSN 0102-8529. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292002000100003. Acesso em: 23 fev. 2021.

SANTO, B. R. E. **Os caminhos da agricultura brasileira**. São Paulo: Evoluir, 2001. 336p.

SANTOS, M. (1926-2001). **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 8. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014a. 384p. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. [1988]. **Metamorfose do espaço habitado**. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014b. 136p. (Coleção Milton Santos; 10).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 474p.



SISTEMA OCB/RO, Organização das Cooperativas do Brasil, Rondônia (Fecoop Norte – OCB -/RO – SESCOOP/RO). **Cooperativa do Ramo do Agro negócio**. Porto Velho, atualizado em 2020. 37p. Disponível em: <https://www.sescoop-ro.org.br/document/lista-coop.pdf>. Acesso em: 2 set. 2021.

SOUZA JUNIOR, B. M.; XIMENES, C. C. Expansão do território brasileiro ao norte: interesse político e econômico na ocupação da região Amazônica. In: CERQUEIRA, C. A. X.; LOCATELLI, M. FERREIRA, M. M.; MOSER, L. M.; ROCHA, C. C. M. (orgs.). **Transformação espacial: estudos geo-historiográficos na Amazônia Ocidental**. Curitiba: CRV, 2017. 208p. p. 87-96.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Unesp, 2004. 199p.

XIMENES, C. C.; CORREA, A. C. S.; LOCATELLI, M.; SOUZA JUNIOR, B. M. Políticas públicas de desenvolvimento na Amazônia Legal. In: CERQUEIRA, C. A. X.; LOCATELLI, M. (orgs.). **Transformação espacial: uma leitura integrada**. Curitiba: CRV, 2016. 182p. p. 69-96.